

PONTES

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável

VOLUME 11, NÚMERO 8 - OUTUBRO 2015



Eleições na Argentina: novos caminhos?

ACORDOS MEGARREGIONAIS

O Mercosul e os acordos megarregionais: os custos para os que estão de fora

EXPORTAÇÃO

Políticas neoliberais para os exportadores de bens de valor agregado da Argentina? Não, obrigado

AGRICULTURA

Impacto das políticas agrícolas da Argentina sobre o desenvolvimento sustentável e a segurança alimentar



International Centre for Trade
and Sustainable Development

PONTES

VOLUME 11, NÚMERO 8 - OUTUBRO 2015

PONTES

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável em língua portuguesa.

ICTSD

International Centre for Trade and Sustainable Development

Genebra, Suíça

EDITOR EXECUTIVO

Ricardo Meléndez-Ortiz

EDITOR CHEFE

Andrew Crosby

EQUIPE EDITORIAL

Manuela Trindade Viana

Bruno Varella Miranda

Camilla Geraldello

Fernando Marques

CONSULTORA EDITORIAL

Michelle Ratton Sanchez Badin

DESIGN GRÁFICO

Flarvet

LAYOUT

Oleg Smerdov

Se deseja contatar a equipe editorial do Pontes, escreva para: pontes@ictsd.ch

O PONTES recebe com satisfação seus comentários e propostas de artigo.

O guia editorial pode ser solicitado junto à nossa equipe.

MERCOSUL

4 **Prioridades do Mercosul para um futuro de credibilidade**

Félix Peña

ACORDOS MEGARREGIONAIS

7 **O Mercosul e os acordos megarregionais: os custos para os que estão de fora**

Nelson Illescas

IMPORTAÇÃO

11 **Mudanças à vista? A situação comercial externa da Argentina**

Orlando Ferreres

EXPORTAÇÃO

13 **Políticas neoliberais para os exportadores de bens de valor agregado da Argentina? Não, obrigado**

Daniel Friel

AGRICULTURA

17 **Impacto das políticas agrícolas da Argentina sobre o desenvolvimento sustentável e a segurança alimentar**

Marcelo Regúnaga

23 **Informações úteis**

24 **Publicações**

Novo sobrenome, nova orientação?



Em 25 de outubro, cerca de 32 milhões de eleitores escolherão o próximo presidente da Argentina. Ao vencedor, caberá moldar os rumos do país após 12 anos de administração kirchnerista. Não será tarefa fácil. Em uma sociedade tão apegada às lideranças personalistas, a mera troca de sobrenome já adiciona incerteza ao cenário político. Caso ratifique o favoritismo, o candidato governista, Daniel Scioli, manterá a orientação de seus antecessores? Ou, confirmando as suspeitas de milhares de militantes, adotará reformas que anulariam o legado de Cristina Kirchner?

Contudo, as dúvidas não são uma exclusividade do kirchnerismo. Dentro da oposição, o peronista Sergio Massa tem adquirido notoriedade tanto pelo discurso corrosivo quanto por ter sido chefe de gabinete durante o primeiro governo de Cristina Kirchner e candidato a deputado em uma lista encabeçada por Néstor Kirchner. Alguns pontos à frente nas pesquisas de intenção de voto, outro integrante da oposição, Mauricio Macri, tem defendido medidas polêmicas como a nacionalização da empresa Yacimientos Petrolíferos Fiscales (YPF) ou a inauguração de uma estátua do general Juan Domingo Perón em Buenos Aires.

Para entender o significado dessa futura mudança de sobrenome, convém voltar a 1973. De volta do exílio, o general Perón ofereceu uma interessante definição da política argentina. Ao enumerar as forças que competiam nas eleições do país, Perón não citou seu próprio grupo. Interpelado sobre o esquecimento, sua resposta foi simples: "Ah, não? É que todos somos peronistas". Desde então, cresceu o mito de que apenas grupos políticos vinculados a essa tradição podem garantir a governabilidade.

Colossal estrutura de poder, o peronismo é coabitado por grupos com distintas orientações ideológicas. Daí sua capacidade de se moldar às mudanças históricas, oferecendo nacionalismo e neoliberalismo sob a mesma etiqueta. Tamanha capacidade de influir livremente na agenda pública oferece ao líder do movimento uma capacidade de imprimir sua marca pessoal. Não por acaso, falar de política na Argentina é citar sobrenomes: "sciolismo", "kirchnerismo", "massismo"... Nem mesmo um candidato alheio às estruturas do peronismo, como Mauricio Macri, é capaz de evitar tal lógica.

O enigma argentino é tão fascinante quanto complexo. Em grande medida, respostas só serão reveladas depois de conhecido o sobrenome que conduzirá o país. Reconhecendo as dificuldades do exercício, o presente número do Pontes apresenta a você, prezado(a) leitor(a), contribuições que procuram desvendar o futuro econômico e político da Argentina. Caso queira participar desse rico debate, nosso [site](#) e [e-mail](#) oferecem a possibilidade.

Esperamos que aprecie a leitura.

A Equipe Pontes

MERCOSUL

Prioridades do Mercosul para um futuro de credibilidade

Félix Peña

No contexto de crescentes críticas ao Mercosul, o autor discute medidas prioritárias para que o bloco se fortaleça interna e externamente. Entre as iniciativas mais urgentes, segundo o autor, destaca-se a redução de assimetrias e a conclusão das negociações com a UE.

Central na metodologia concebida por Jean Monnet, um dos defensores da integração europeia, o conceito de "solidariedades de fato" implica gerar, nos fatos, encadeamentos sociais e produtivos entre países que compartilham um espaço geográfico. A finalidade desse conceito não é apenas econômica, mas também política, na medida em que procura a irreversibilidade da integração. As múltiplas redes sociais e produtivas são parte dessa metodologia.

No Mercado Comum do Sul (Mercosul), os acordos setoriais previstos no Tratado de Assunção tinham essa finalidade. Porém, seu pleno desenvolvimento é um dos diversos assuntos pendentes no bloco sul-americano, quase um quarto de século após a sua criação.

Em alguns momentos, predomina a ideia de que o Mercosul é um fracasso e que já não mais é relevante. Trata-se de uma visão distorcida da realidade: desde o seu surgimento, o bloco apresentou resultados positivos, que devem ser reconhecidos. Um dos principais é ressaltado em nota técnica produzida pelo Instituto para a Integração da América Latina e do Caribe (INTAL), do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)¹. O documento analisa os impactos do Mercosul sobre o comércio de produtos agropecuários e manufaturas industriais e conclui que o bloco desempenhou papel relevante na modernização desses setores. Certamente existem outros exemplos – e talvez seja esse o motivo pelo qual nenhum dos membros cogitou abandonar o Mercosul.

Desde o segundo semestre de 2015, a Presidência *Pro Tempore* do Mercosul está a cargo do Paraguai. No começo de sua gestão, o governo paraguaio identificou com clareza as prioridades com vistas à recuperação da credibilidade do bloco. Algumas dessas ações resultam de mandatos concretos aprovados pela última Cúpula realizada em Brasília, em julho de 2015.

Uma das principais iniciativas nessa direção envolve a busca de um plano de ação que permita eliminar diferentes tipos de barreiras internas ao bloco – as quais, segundo as regras do Mercosul, não deveriam sequer existir no comércio entre os países membros². A questão havia sido incorporada ao Comunicado Conjunto da reunião dos presidentes do Paraguai e Uruguai, realizada em 25 de junho.

Outras prioridades referem-se às relações externas. Uma delas consiste em avançar nas negociações com a União Europeia (UE), dentro de uma estratégia mais ampla, que busca assinar acordos comerciais com os grandes mercados do mundo. No caso da China, por exemplo, o Mercosul nunca reagiu à proposta de estudar a viabilidade de um acordo de livre comércio. Com os Estados Unidos, o "4+1" caiu no esquecimento, e a ideia da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) não foi substituída por uma alternativa razoável.

No que toca às negociações com a UE, as Partes acordaram, na reunião ministerial de junho de 2015, que as listas de ofertas seriam trocadas no último trimestre deste ano. O Mercosul concluiu a preparação da proposta, a qual será formalmente apresentada à UE em reunião programada para novembro de 2015. Nessa oportunidade, caberá à UE apresentar sua própria lista de ofertas, de modo que as negociações possam ser retomadas.

Argentina em números

População:

43,4 milhões

Taxa de urbanização:

91,8%

PIB per capita (PPP):

US\$ 22,6 mil

Índice de Gini:

45,8

Fonte: CIA (2015)

É possível sustentar que as tratativas birregionais chegaram a um momento crucial. O eventual descumprimento desse objetivo pode corroer ainda mais a credibilidade de ambos os processos de integração. É inútil insistir que a culpa é de um ou outro bloco, ou deste ou daquele país. Trata-se de um caso típico de esgotamento do denominado "*blame game*", isto é, culpar o outro por aquilo que não se alcançou nas negociações.

A outra prioridade em matéria de tratativas com terceiros países envolve o avanço na concretização da estratégia de convergência na diversidade, firmada entre o Mercosul e a Aliança do Pacífico. Essa iniciativa pode ter a sua eficácia enriquecida pela efetivação das propostas do primeiro-ministro da China, Li Keqiang. Apresentadas durante a mais recente visita do oficial à América do Sul, tais propostas preveem o financiamento de investimentos para projetos de conectividade física dentro da região e para o desenvolvimento de empreendimentos produtivos conjuntos.

Além disso, outras prioridades estão vinculadas à criação de condições que incentivem o desenvolvimento de cadeias produtivas entre empresas de países da região; e ao tratamento de assimetrias que limitam a capacidade de países como Paraguai e Uruguai – lista que, agora, deve incluir também a Bolívia – para potencializar a seu favor as vantagens derivadas de sua inserção no mercado do Mercosul.

Essas duas últimas iniciativas estão relacionadas, entre outras questões, ao efeito da precariedade das regras pactuadas sobre decisões de investimento produtivo – ligadas, por sua vez, a empreendimentos de alcance transnacional e ao aproveitamento do mercado ampliado. Junto com insuficiências no plano da conectividade física e da facilitação do comércio – um problema pertinente à América do Sul como um todo –, a incerteza quanto ao cumprimento das regras é um dos fatores que parecem explicar a ausência de grandes avanços na região em matéria de desenvolvimento de cadeias transnacionais de produção. O contraste com outras regiões, especialmente a Europa e o Sudeste da Ásia, convida à reflexão e, mais do que isso, à ação.

As iniciativas mencionadas acima são algumas das prioridades que buscam contornar debilidades a fim de construir uma integração de credibilidade entre os países do Mercosul. São fragilidades porque, desde a criação do bloco, figuram entre as principais medidas a serem adotadas e, nesse sentido, já deveriam ter apresentado avanços muito mais significativos do que aqueles alcançados até o presente. Por exemplo, as restrições ao comércio recíproco não deveriam existir em nenhuma modalidade. Assim era estabelecido pelo artigo 5º do Tratado de Assunção e, sobretudo, pelos artigos 1º e 2º de seu Anexo I. Estas não são normas programáticas: são normas jurídicas concretas e exigíveis que, pelo menos no caso da Argentina, estão teoricamente protegidas pela Constituição nacional, de acordo com o princípio de primazia dos tratados no ordenamento legal interno.

Neste segundo semestre de 2015, portanto, a agenda do Mercosul é bastante concreta. Além disso, é relevante e ambiciosa, na medida em que exige um debate profundo orientado à ação. Esse quadro merece a atenção de todos os protagonistas, e não apenas de entidades governamentais. Assim, empresas, sindicatos, academia e sociedade civil como um todo devem participar ativamente no plano do diagnóstico e das propostas de ação. Aqueles que integram ou que estão se preparando para integrar as instituições parlamentares, em especial no Parlamento do Mercosul, também devem ser parte ativa do debate.

Contudo, essa discussão não deve se limitar às prioridades para o segundo semestre de 2015: é preciso que seja incorporada à agenda sobre o futuro do Mercosul. Desde 1985, quando da assinatura da Declaração de Foz do Iguaçu, os resultados foram tão pobres quanto se assinala? Ou, pelo contrário, houve muitos avanços em termos de governança e cooperação regional e, por conseguinte, seria um erro grave abandonar um processo como o Mercosul? Ademais, o prejuízo das empresas não seria muito grande caso desaparecessem as preferências comerciais vigentes no Mercosul, principalmente aquelas para bens industriais?

É difícil imaginar opções razoáveis para o que hoje simboliza o Mercosul, uma ideia estratégica de trabalho conjunto entre nações que compartilham um espaço geográfico regional. Quando essa ideia for percebida em todas as suas dimensões, isto é, na conexão entre o político, o econômico, o social e o cultural, fica claro que o foco deve ser colocado não tanto no plano existencial ("Deve existir o Mercosul?" ou "Por que trabalhar juntos?"), mas sim no metodológico ("Como construir, trabalhando juntos e com a participação dos cidadãos, um Mercosul que seja efetivo, eficaz e dotado de legitimidade social?").

Nessa perspectiva, a entrada tanto da Bolívia como da Venezuela deve ser percebida como uma forma de enriquecer e tornar mais complexa – e, talvez por isso, apaixonante – a tarefa de construir o Mercosul.

Sem prejuízo de outras, pelo menos três propostas podem ser colocadas para facilitar o debate e a concertação de interesses nacionais, requeridos no desenvolvimento da agenda sobre o futuro progresso do Mercosul. A realização de tais propostas é relativamente simples, caso exista uma vontade política real e suficiente nos países membros.

Uma delas é identificar pontos de equilíbrio entre requerimentos de previsibilidade e flexibilidade, necessários para reduzir o efeito negativo da precariedade de regras sobre o comércio e os investimentos regionais. Encarar demandas de flexibilidade nos compromissos assumidos, por exemplo, em matéria de restrições ao comércio, sem afetar uma pauta razoável de previsibilidade (fundamental para decisões de investimento produtivo), pode ser mais factível se forem introduzidas modalidades de válvulas de escape, transitórias e sob o controle de instâncias técnicas.

A outra refere-se à complementação do sistema de solução de controvérsias com a figura de um ouvidor, que atue em defesa dos interesses daqueles que operam no Mercosul – como cidadãos, consumidores e empresas que investem e comercializam nos países do bloco. A função do ouvidor seria detectar regras e comportamentos que afetam interesses daqueles que não são parte dos processos decisórios do Mercosul.

Por fim, a terceira proposta é alcançar uma efetiva transparência de regras e processos de criação normativa, de modo a superar a falta de instrumentos eficazes para informar os compromissos incorporados ao acervo jurídico do Mercosul. Essa deficiência repercute nos cidadãos dos países que compõem o bloco e faz-se particularmente mais sentida nos setores com menor poder relativo – inclusive as micro-, pequenas e médias empresas. Isso pode ser alcançado por meio das instituições parlamentares e de páginas web oficiais de qualidade. Na busca por esse objetivo, o Parlamento do Mercosul pode desempenhar um papel relevante.

❶ Ver: Villalobos, Ruy de. O Comércio Agropecuário no Mercosul. Vinte anos depois dos Tratado de Assunção. In: *Nota Técnica* IDB-TN 809. INTAL, BID, jun. 2015. Disponível em: <<http://bit.ly/1Ml9UFK>>.

❷ O mandato para trabalhar nessa frente foi explicitamente outorgado na Decisão CMC 23/2015.



Félix Peña

Diretor do Mestrado em Relações Comerciais Internacionais da Universidad Nacional de Tres de Febrero e do Instituto do Comércio Internacional na Fundação ICBC.

ACORDOS MEGARREGIONAIS

O Mercosul e os acordos megarregionais: os custos para os que estão de fora.

Nelson Illescas

Este artigo analisa os principais impactos que os acordos megarregionais, quando concluídos, podem ter sobre os países do Mercosul. Diante desse cenário, o autor discute quatro opções de políticas para os membros do bloco sul-americano.

O cenário internacional tem testemunhado o surgimento de negociações comerciais de amplo alcance, que apresentam importantes diferenças com relação aos acordos regionais tradicionais. Entre as mais importantes, destaca-se a Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP, sigla em inglês), negociada por Estados Unidos e União Europeia (UE); a Parceria Transpacífica (TPP, sigla em inglês), que reúne 12 países da América, Ásia e Oceania²; e a Parceria Econômica Regional Abrangente (RCEP, sigla em inglês), que envolve os dez membros da Associação de Nações do Sudeste Asiático³ (ASEAN, sigla em inglês), Austrália, China, Coreia do Sul, Índia, Japão e Nova Zelândia.

Ao serem consideradas em conjunto, as três iniciativas mencionadas representam um pouco mais de 70% do comércio agroindustrial do mundo. Os principais provedores de alimentos, como Estados Unidos, Canadá, Austrália, Nova Zelândia e Malásia, estão negociando melhores condições de acesso aos mercados mais importantes do mundo, como Japão, China e Índia. Ainda mais significativo é que essas negociações incluirão quase a totalidade do comércio mundial de produtos agropecuários. Tais produtos, que já representam a metade dos intercâmbios totais em bens agroindustriais, possuem valores unitários por tonelada comercializada que quadruplicam os valores médios dos produtos sem transformação e têm maiores possibilidades de contribuir com o desenvolvimento e emprego.

Caso sejam concluídos, todos esses processos terão um profundo impacto sobre a arquitetura das relações internacionais de comércio e investimento nas próximas décadas (ver Tabela 1), o que coloca a necessidade de compreender a natureza desses acordos megarregionais e indagar sobre a melhor estratégia para o Mercado Comum do Sul (Mercosul) frente a esse contexto.

Tais impactos variam de acordo com o país. Para os países que estão fora das negociações megarregionais, os efeitos dependerão da composição e estrutura geográfica do comércio de cada país, o grau de participação nas cadeias regionais ou globais de valor e sua rede de acordos e negociações comerciais. A princípio, os maiores impactos incidirão sobre os países que não possuem tratados comerciais com os participantes dos arranjos megarregionais e destinem uma parcela importante de seu comércio a esses mercados.

A relevância do acordo Mercosul-UE

O Mercosul possui uma relação escassa com os países que atualmente participam das negociações megarregionais: o bloco possui apenas acordos de livre comércio com Chile e Peru e um acordo automotivo com o México (todos, países que integram a TPP); um acordo preferencial de escopo pequeno com a Índia, que participa da RCEP; e está negociando um tratado com a UE, bloco que também está envolvido em tratativas com os Estados Unidos, no âmbito da TTIP. O bloco europeu é o principal sócio comercial do Mercosul: responde por 20% de suas exportações e por 22% de suas importações totais.

Em dezembro de 1995, o Mercosul e a UE deram início às tratativas de um acordo birregional com a assinatura de um Acordo-Marco Inter-regional de Cooperação, que entrou em vigor em 1999. No ano seguinte, as Partes começaram a negociar um Acordo

Tabela 1 - Os principais acordos megarregionais em cifras. Em milhões de habitantes e bilhões de US\$, 2012

ACORDO	Nº PAÍSES	POPULAÇÃO	PIB	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	IED	
						Entrada	Saída
RCEP	16	3.398	21.189	5.236	5.232	329	325
TPP	12	792	27.558	4.339	5.188	406	609
TTIP	29	817	32.269	7.349	8.273	426	652
MERCOSUL-UE	33	786	19.859	6.249	6.255	300	239
MERCOSUL	5	279	3.186	436	385	84	0,7
MUNDO		6.941	71.707	18.401	18.601	1.351	1.391

Fonte: FMI, OMC e UNCTAD

de Associação, estruturado em três capítulos: diálogo político, cooperação e comércio. Em 2004, o processo negociador foi paralisado por divergências fundamentais no pilar comercial – mais especificamente, com relação à liberalização agrícola. As negociações foram retomadas em 2010, e as Partes têm realizado sucessivas reuniões, mas, até o momento, não foram apresentadas novas ofertas capazes de superar aquelas discutidas em 2004. Dessa forma, duas décadas após o início das conversas, a conclusão do acordo ainda não foi possível, apesar da contínua manifestação de interesse nessa direção.

Recentemente, durante a 2ª Cúpula entre a UE e a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), celebrada em Bruxelas em 10 e 11 de junho de 2015, os representantes de ambos os blocos reafirmaram seu total compromisso com a conclusão de um tratado de livre comércio birregional e destacaram que o objetivo é trocar novamente ofertas de acesso a mercado durante o último trimestre de 2015⁴.

No estudo intitulado "Megarregionalismo e comércio agroindustrial: impactos para a Argentina"⁵, a Fundação Instituto para as Negociações Agrícolas Internacionais (INAI) analisou como as exportações da Argentina e do Mercosul seriam afetadas caso seus parceiros comerciais relevantes, como a UE e os Estados Unidos, eliminassem as tarifas e reduzissem as barreiras não tarifárias (BNT) à importação de produtos agroindustriais no âmbito das negociações megarregionais. Com isso, o estudo buscava quantificar o impacto de não participar dessas negociações. Para enriquecer a análise, a Fundação INAI incluiu a negociação Mercosul-UE, por ser a única frente de relevância do Mercosul com algum dos participantes de acordos megarregionais.

A tabela abaixo resume os efeitos sobre as importações agroindustriais da UE oriundas do Mercosul caso o bloco europeu conclua as negociações da TTIP com os Estados Unidos, com o Mercosul e com ambos ao mesmo tempo (ver Tabela 2).

A conclusão da TTIP implicaria uma queda de 4,9% nas exportações agroindustriais do Mercosul com destino aos países da UE. As vendas argentinas, por sua vez, diminuiriam em 6,7% (US\$ 547 milhões) e a carne bovina seria o produto mais afetado. Para o mercado estadunidense, as exportações cairiam em 8% para a Argentina e em 7% para o Mercosul como um todo.

Como podemos observar na Tabela 2, um eventual acordo entre Mercosul e UE compensaria essas possíveis reduções nas exportações frente à perda de preferências relativas como consequência da TTIP. Mais do que isso, o benefício líquido obtido com a conclusão de ambos os acordos é positivo. À luz desses resultados, a negociação entre Mercosul e UE traz uma renovada importância ao bloco sul-americano frente ao novo contexto internacional.

Caso a UE conclua o acordo com os Estados Unidos, as exportações agroindustriais do Mercosul ao bloco europeu poderiam aumentar entre 17% e 50% se também fosse firmado o tratado Mercosul-UE. No cenário mais ambicioso, no qual a UE reduz tarifas

Tabela 2 - Importações agroindustriais da UE para o Mercosul, por produtos. Milhões de US\$ – média 2010-2012

Acordo UE-Mercosul	TTIP	Base	Cenário	▲	%
Tarifas	-	27.966	33.903	5.937	21,2%
Tarifas + BNT	-	27.966	43.189	15.223	54,4%
-	Tarifas + BNT	27.966	26.595	-1.371	-4,9%
Tarifas	Tarifas + BNT	27.966	32.705	4.739	16,9%
Tarifas + BNT	Tarifas + BNT	27.966	41.991	14.025	50,2%

Fonte: Fundação INAI

e BNT aos Estados Unidos e ao Mercosul, as exportações agroindustriais do bloco sul-americano poderiam aumentar em US\$ 14 bilhões.

Entre os produtos do Mercosul que mais se beneficiariam com a eliminação de tarifas, encontram-se o açúcar de cana, a carne bovina, o tabaco e o suco de laranja. Se consideradas as BNT, ocupam a posição de destaque o café e as preparações de carne aviária. Todos os sócios do Mercosul obteriam oportunidades comerciais com esse cenário.

É importante ressaltar que esses cálculos assumem a eliminação completa de tarifas, pressuposto necessário, dado que ainda não se conhecem as novas ofertas. Contudo, os resultados podem ser fortemente diminuídos a depender da inclusão de produtos nas listas de exceção e do tratamento que estas receberiam.

Na mesma direção, é preciso notar que a temporalidade da conclusão de ambos os acordos desempenhará um papel importante. Seguramente, o efeito positivo do acordo Mercosul-UE sobre as exportações seria menor se o bloco europeu assinasse primeiramente o tratado com os Estados Unidos. Os produtores e exportadores estadunidenses poderiam aproveitar as vantagens de um melhor acesso ao mercado da UE para posicionar seus produtos nesse espaço de tempo e deslocar seus competidores.

Construindo uma estratégia de inserção comercial

Os principais promotores dos acordos megarregionais visualizam tais iniciativas como uma oportunidade para estabelecer novas regras globais baseadas em seus próprios padrões e regulações. Devido ao forte peso econômico, à influência normativa daqueles que integram os acordos megarregionais e à estagnação da Rodada Doha da OMC, é muito provável que essas pautas sejam de fato “multilateralizadas”, isto é, que devam ser cumpridas por todos aqueles que desejem participar das principais correntes de comércio e investimento.

Se, por um lado, tais acordos gerarão oportunidades econômicas aos países envolvidos, o cenário é preocupante para os membros do Mercosul, que não participam dessas iniciativas.

Em primeiro lugar, as melhorias no acesso a seus principais competidores pela diminuição de barreiras tarifárias e não tarifárias poderiam ocasionar a perda de mercados. De acordo com estudos realizados por meio de ferramentas de simulação de impacto, isso fica evidente em casos como as exportações argentinas de carne bovina à UE.

Em segundo lugar, o cumprimento de novas normas e padrões mais elevados para ingressar nos principais mercados e participar das cadeias globais de valor implicará maiores custos. Existe o risco de que sejam estabelecidos requerimentos (sanitários, ambientais, de qualidade ou rastreabilidade, por exemplo) cujo cumprimento pode ser difícil, deixando inclusive os produtos do Mercosul fora desses destinos.

Ao não participar de seu desenho, os países do Mercosul deverão ajustar suas políticas a disciplinas negociadas por terceiros países e segundo a conveniência destes, cedendo graus de liberdade na condução de sua política comercial sem obter nenhuma compensação em troca.

Frente ao megarregionalismo, o Mercosul tem ao menos quatro opções de políticas, as quais não são mutuamente excludentes. A primeira é buscar reconduzir as negociações sobre os novos temas ao âmbito multilateral, com vistas a concretizar iniciativas plurilaterais junto a uma massa crítica de países que estejam interessados em aprofundar as normas atuais, devolvendo à OMC seu papel preponderante na negociação de regras comerciais.

A segunda opção que se coloca aos membros do Mercosul é seu envolvimento com as iniciativas megarregionais vigentes para evitar o desvio de comércio, aumentar suas oportunidades comerciais nos principais mercados asiáticos e influenciar na confecção das novas normas de alcance global.

A terceira é dinamizar sua agenda de relacionamento externo, de modo a concretizar tratados com os principais países e blocos econômicos do mundo, buscando um melhor posicionamento de seus produtos e a atração de investimentos.

A quarta opção envolve o fortalecimento do mercado regional e a formação de cadeias regionais de valor como plataforma para a exportação de produtos processados de origem agropecuária.

Qualquer que seja o caminho a seguir, os países do Mercosul devem implementar políticas de incentivo à produção que permitam potencializar sua capacidade de oferta e aumentar a competitividade de suas exportações no mercado global. Políticas que favoreçam a agregação de valor, incentivem a adoção de tecnologia, fomentem a pesquisa e o desenvolvimento, melhorem os padrões de qualidade, sanitários e de inocuidade dos alimentos, promovam a conservação dos recursos naturais e melhorem a infraestrutura serão centrais para aproveitar as oportunidades que se apresentarem no mundo comercial da próxima década.

❶ O presente trabalho foi realizado com base no documento "Mega-regionalismo y comercio agroindustrial. Impactos para Argentina", desenvolvido, em março de 2015, por Agustín Tejada Rodríguez, Nelson Illescas e Nicolás Jorge para a Fundação INAI. Disponível em: <<http://bit.ly/1MzrYvV>>.

❷ Seus membros são: Austrália, Brunei, Canadá, Chile, Cingapura, Estados Unidos, Japão, Malásia, México, Nova Zelândia, Peru e Vietnã.

❸ Os membros da ASEAN são: Brunei, Camboja, Cingapura, Indonésia, Laos, Malásia, Mianmar, Filipinas, Tailândia e Vietnã.

❹ Disponível em: <<http://bit.ly/1N9cfSO>>.

❺ Disponível em: <<http://bit.ly/1RD3q5p>>.



Nelson Illescas

Advogado e integrante da Fundação Instituto para as Negociações Agrícolas Internacionais (INAI).

IMPORTAÇÃO

Mudanças à vista? A situação comercial externa da Argentina

Orlando Ferreres

Em janeiro de 2015, a OMC confirmou a decisão de que as licenças de importação aplicadas pela Argentina violam as regras multilaterais do comércio. Diante disso, este artigo analisa os impactos da adesão argentina à decisão da OMC sobre a economia do país, em particular no contexto das eleições presidenciais.

A Organização Mundial do Comércio (OMC) determinou que a Argentina não mais poderá usar seu controle prévio de importações. Denominado Declaração Juramentada Antecipada de Importação (DJAI), este método de registro tem controlado, reduzido e mesmo proibido as compras de bens e serviços do exterior. Tal variação no grau de abertura do país às importações tem dependido dos critérios adotados pelas autoridades ao longo do tempo.

A criação das DJAI foi justificada como uma resposta à escassez de divisas enfrentada pela Argentina desde finais de 2011. Autoridades vinculadas ao Ministério da Economia do país já anunciaram que respeitarão a decisão da OMC e que o uso das DJAI será abandonado a partir de 2016. Antes de pensar no futuro, porém, é preciso entender a "herança" deixada pela regulamentação.

Uma questão relevante diz respeito ao desalinhamento entre as decisões no âmbito do Ministério da Economia e no Banco Central da Argentina. Em geral, o prazo para pagamento das importações oscila entre 120 e 180 dias. Embora inúmeras compras tenham sido autorizadas por meio das DJAI, muitas vezes o Banco Central não liberou posteriormente a entrega de divisas para a realização dos pagamentos.

O resultado é a existência de um passivo entre US\$ 5 e US\$ 8 bilhões, cujo pagamento ainda é incerto. Esse atraso, concentrado nas subsidiárias das empresas multinacionais na Argentina, deverá ser regularizado no futuro. Não se sabe, entretanto, como isso será feito.

Quanto ao cumprimento da norma da OMC a partir de janeiro de 2016, é preciso recordar que o atual governo deixará o poder em 10 de dezembro de 2015. Dessa maneira, não será a administração de Cristina Fernández de Kirchner a responsável direta pela implementação da decisão referente às DJAI. Aqueles que terão que assumir tal responsabilidade – e as consequências – do cumprimento do fim dos controles serão os funcionários escolhidos pelo vencedor das eleições presidenciais argentinas.

Caso a decisão de eliminar as DJAI seja mantida sem nenhuma mudança na atual política macroeconômica da Argentina, tanto a indústria manufatureira quanto outros setores seriam enormemente afetados. Conforme mostra a Figura 1, variáveis relevantes como o tipo de câmbio, custos e inflação passaram por transformações de forma muito diferente na Argentina e no Brasil nos últimos 12 meses.

É improvável, porém, que a situação econômica argentina se mantenha após a ascensão de um novo governo. Entre os empresários, há enorme otimismo quanto à adoção, em 2016, de um programa econômico muito diferente do atual.

A expectativa é de que o novo presidente elimine o esquema de controle para a compra e venda de divisas vigente desde 2011. Espera-se, ademais, o abandono de muitas outras regulações sobre o comércio e o mercado de câmbio, como as taxas sobre os gastos com cartão de crédito no exterior. Nesse quadro, as DJAI também desapareceriam em janeiro de 2016.

Figura 1: Desvalorização real no Brasil e na Argentina (set. 2014-set. 2015)

	Inflação	Desvalorização	Desvalorização real (+)
Brasil	9,5%	67,1%	52,6%
Argentina	28,5%	11,2%	-13,5%
Desvalorização do Brasil vs. Argentina			76,3%

Fonte: Centro de Estudios Económicos de OJF & Asociados

Caso ocorra uma liberalização no mercado para a compra e venda de moeda estrangeira, a Argentina voltará a ter um mercado unificado de divisas. A liberdade de operar com dólares, prática coibida desde 2011, deve provocar uma mudança nas taxas de câmbio entre o peso argentino e moedas como o dólar, o euro e o real.

As prováveis mudanças implicariam uma melhora das relações comerciais entre Argentina e Brasil. O novo ambiente institucional possibilitaria intercâmbios mais baseados nas leis de mercado do que nas decisões discricionárias de burocratas. De qualquer maneira, o déficit da Argentina em suas transações com o Brasil tem sido contínuo nos últimos 10 anos. Esse desequilíbrio de considerável magnitude não poderá se manter de forma permanente. Espera-se, assim, que a nova administração argentina promova novas regras macroeconômicas capazes de reequilibrar as relações comerciais entre Argentina e Brasil.



Orlando Ferreres

Economista, ex-vice-ministro da Economia da Argentina. Presidente da consultoria OJF & Asociados.

EXPORTAÇÃO

Políticas neoliberais para os exportadores de bens de valor agregado da Argentina? Não, obrigado

Daniel Friel

Ao analisar a adaptação de empresas argentinas voltadas à exportação de bens de alto valor agregado, o autor conclui que políticas públicas como o enfraquecimento de leis trabalhistas ou a concessão de subsídios para a aquisição de bens de capital não atacam o núcleo dos desafios enfrentados por tais firmas.

É provável que o resultado das próximas eleições presidenciais na Argentina traga mudanças. Isso ocorrerá tanto em caso de vitória de Daniel Scioli quanto de Mauricio Macri. Afinal, o chamado "modelo" desenvolvido pelas administrações Kirchner ao longo dos últimos 12 anos perdeu muito de seu vigor. Embora o atual governo tenha buscado de todas as formas conter a queda de suas reservas internacionais, a busca por dólares não arrefeceu. Outra fonte de preocupação é a persistência da inflação no país. Independentemente de quem ocupar a Casa Rosada após as eleições, tais problemas devem ser enfrentados.

Mesmo que a oposição vença as eleições presidenciais, não existe garantia de que a opção seja por uma ruptura em relação ao atual "modelo". Se, por exemplo, Mauricio Macri vencer o pleito e decidir adotar políticas neoliberais, é difícil que a oposição da esquerda permita que ele leve adiante essa decisão. A história argentina mostra que a adoção de políticas neoliberais durante a década de 1990 no país foi liderada pela administração peronista de Carlos Menem. Desse modo, é improvável que os peronistas aceitem iniciativa semelhante se estiverem na oposição.

Curiosamente, é provável que uma vitória peronista nas eleições presidenciais aumente a probabilidade de reformas neoliberais na Argentina. A margem para fazê-lo, entretanto, seria limitada: para levar a cabo tais políticas, seria necessário enfrentar os sindicatos, cuja capacidade de influência pública aumentou consideravelmente nos últimos 12 anos. Ao mesmo tempo, nem mesmo os anos de orientação neoliberal foram capazes de modificar as leis trabalhistas argentinas. Em resumo, mudanças no contexto institucional são improváveis independentemente do resultado nas eleições presidenciais.

O que leva um país a exportar bens com valor agregado?

O futuro dirá se o novo presidente será capaz de superar as limitações citadas acima. Caso tenha condições de fazê-lo, a adoção de políticas neoliberais não é aconselhável se o objetivo for promover a exportação de bens com valor agregado. Leis trabalhistas consolidadas, sindicatos e o treinamento dos trabalhadores promovem, ao invés de prejudicar, vantagens competitivas desses exportadores. Peter Hall e David Soskice argumentam que empresas com estratégias baseadas na inovação incremental e diferenciação são fortalecidas pela existência dessas instituições¹. Essa orientação pode ser contrastada com a promoção de reformas neoliberais: as últimas beneficiariam apenas aqueles países que buscam uma trajetória de inovação radical e a produção em massa de bens homogêneos.

Leis trabalhistas consolidadas e sindicatos oferecem incentivos para que as empresas mantenham seus funcionários. O maior tempo de relacionamento, por sua vez, possibilita a adaptação dos processos produtivos de modo a garantir um melhor aproveitamento das habilidades dos funcionários. Tal tendência é reforçada pela oferta de programas de treinamento. Por fim, os salários relativamente mais altos negociados pelos sindicatos podem ser mantidos devido à estratégia de diferenciação adotada pelas firmas. Em outras palavras, produtos derivados de uma trajetória de inovação incremental tendem a ter margens maiores que bens homogêneos.

Exportações de vinhos argentinos (2014)**Volume****2,62 hectolitros****Valor****US\$ 837,1 milhões***Fonte: INV (2015)*

Em uma série de estudos publicada por mim, em parceria com Alejandro Artopoulos e Juan Carlos Hallak², mostramos que, na Argentina, empresas exportadoras exitosas não produzem bens homogêneos adquiridos por consumidores em distintas partes do mundo. Seu traço fundamental é a venda de produtos diferenciados a indivíduos das classes média e média-alta de países desenvolvidos. Não por acaso, o principal desafio enfrentado por essas firmas é compreender o perfil dos produtos demandados por esses consumidores. Nesse contexto, leis trabalhistas consolidadas, sindicatos e programas de treinamento dos trabalhadores constituem uma fonte de vantagem competitiva. A redução de salários ou a compra de maquinário mais moderno, assim, não constitui uma preocupação fundamental.

Os produtos demandados por esses consumidores são diferentes daqueles vendidos no mercado local. Por exemplo, o mercado estadunidense demanda vinhos mais frutados e com menor teor alcoólico do que aqueles comercializados na Argentina. Outro caso relevante é o dos barcos de pequeno porte. Na Europa, a preferência é por painéis semelhantes aos de carros esportivos e janelas ao invés de portinholas. Por isso, exportadores argentinos devem ter um entendimento detalhado de cada mercado almejado. Estabelecer um bom relacionamento com distribuidores no exterior constitui outro aspecto fundamental, dado que o fluxo de informações pode ajudar no processo de adaptação dos produtos a determinados mercados. Em resumo, problemas potenciais com a adequação dos processos produtivos são simples, se comparados àqueles relacionados com a compreensão das preferências e o potencial de cada mercado.

Muitas vezes, exportadores incapazes de manter uma trajetória exitosa são convencidos de que, para obter acesso a novos mercados no exterior, devem produzir com a melhor qualidade possível. Contudo, esse raciocínio é incompleto, na medida em que a ideia de "qualidade superior" depende do segmento almejado. Por exemplo, consumidores pertencentes à classe média-alta dos Estados Unidos tendem a comprar móveis que se assemelham a antiguidades. Assim, as empresas devem adotar práticas que os façam parecer antigos, como desgastá-los ou manchá-los propositalmente. Outros produtos e práticas, como mesas de centro de madeira com pernas de metal e acabamentos em couro, não existem no mercado argentino e são feitos unicamente para as vendas ao exterior. Caso semelhante é encontrado na indústria de vinhos. No início do século XXI, os vinhos argentinos exportados não eram encontrados nas gôndolas dos supermercados do país. Apenas por volta de 2010 é que essas opções passaram a estar disponíveis também para o mercado interno.

Após compreenderem o que os consumidores estrangeiros estão buscando, as empresas devem traduzir essas informações em produtos que possam ser concebidos dentro das condições encontradas na Argentina. Essa tarefa cabe aos designers, no caso da produção de móveis e de barcos de pequeno porte, ou aos enólogos no mercado de vinhos. Um treinamento adequado permite que tais profissionais percebam que mesmo as concepções de qualidade podem diferir substancialmente entre países com distintos graus de desenvolvimento. Por exemplo, na indústria moveleira, os exportadores argentinos sabem que, nos Estados Unidos, os consumidores esperam que sua mobília dure cerca de 5 anos, ao passo que, no mercado local, esperam que dure a vida inteira. Igualmente, os consumidores argentinos não se importam tanto com medidas exatas ou com a forma com que os parafusos encaixam em seus móveis, em contraste com o típico estadunidense, que prestará enorme atenção a esse detalhe.

Portanto, designers e enólogos devem compreender as características dos mercados almejados pelas empresas em que trabalham. Não raro, a formação educacional desses profissionais ocorre nos países-alvo das exportações. No caso da indústria de vinho argentina, o rápido crescimento das vendas ao exterior levou à expansão dos treinamentos focados em preferências de consumidores estrangeiros. Organizados por universidades locais, tais programas contribuíram para a redução da dependência de profissionais treinados no exterior. No curto prazo, porém, a promoção do intercâmbio com centros de conhecimento no exterior é um requisito importante para a consolidação de *clusters* exportadores. Por seus custos e efetividade, tal iniciativa é mais valiosa que facilitar a compra de maquinário, por exemplo.

Entre os mercados para os móveis argentinos, merecem destaque:

Chile
Colômbia
Estados Unidos
Uruguai

Fonte: ProChile (2010)

Para os gerentes das fábricas, o desafio é chegar a uma organização dos processos produtivos compatível com distintas concepções de qualidade. Muitas vezes, as mudanças requeridas são mínimas. Um exportador de móveis de madeira, por exemplo, percebeu que o ambiente de trabalho era demasiado escuro para que os marceneiros pudessem atentar para os detalhes. As lâmpadas adicionais e a reorganização das máquinas de modo a facilitar a observação por parte dos empregados constituíram medidas muito mais econômicas que a compra de maquinário ou a realização de treinamentos especiais. Curiosamente, a empresa exportadora possuía diversas máquinas caracterizadas pela flexibilidade, mas elas estavam organizadas em uma única linha de produção. A fim de lidar com a demanda por variedade nos mercados estrangeiros, foi necessário apenas recuperar uma propriedade original desse maquinário – a flexibilidade – e estabelecer diversas linhas de produção.

No caso do vinho, o maior desafio foi entender de que forma diferentes tipos de clima e solo determinam as características e a qualidade das uvas plantadas na Argentina. Embora as empresas tenham começado a usar tanques de aço inoxidável para fermentar a bebida, sua adoção constituiu um passo relativamente simples quando comparado à dificuldade de atender aos pedidos dos consumidores estrangeiros.

Mesmo que uma empresa argentina saiba produzir aquilo que um grupo de consumidores no mundo desenvolvido deseja, é preciso saber como vender ali. Experiências fracassadas foram extraídas por firmas que acreditavam que as feiras de negócio constituíam uma oportunidade para vender o máximo possível, independentemente do número de distribuidores envolvidos. No caso da indústria de vinho, alguns exportadores chegaram a vender vinhos que não possuíam, deixando para a volta ao país a decisão sobre como atender aos pedidos.

Tais práticas contrastam com aquelas adotadas por distribuidores especializados na comercialização de produtos para as classes média e média-alta nos países desenvolvidos. Estes preferem estabelecer relações com empresas capazes de atender a uma demanda flutuante ao longo do tempo. Marcas são importantes, mas sua consolidação não é obtida com a venda de grandes quantidades de produtos, mas com a capacidade de demonstrar novidades nas feiras comerciais. Por exemplo, distribuidores de móveis nos Estados Unidos avaliam potenciais fornecedores por sua habilidade de apresentar novos produtos em feiras organizadas a cada seis meses.

Ainda, é preciso que as empresas percebam que estão vendendo mais do que um produto. Quando funcionários da vinícola Catena Zapata, pioneira na exportação de vinho argentino, viajaram aos Estados Unidos para negociar com distribuidores, tinham em mente que estavam vendendo mais que uma bebida. Era a imagem de um país que seria comercializada. Para mostrar que a Argentina oferecia produtos de qualidade, a comitiva levou não apenas garrafas de vinho, como também os melhores bailarinos de tango do país. Muitas das vinícolas líderes no segmento exportador tiveram que lidar com outro aspecto fundamental da imagem argentina: a má reputação do país quando o assunto é o respeito aos contratos. Superar tal viés negativo era um requisito para o êxito das estratégias de venda de vinho ao exterior, dada a relutância dos distribuidores.

Políticas públicas a partir de um entendimento real dos mercados

As histórias apresentadas acima poderiam inspirar o novo presidente da Argentina a desenvolver políticas públicas baseadas no aproveitamento das vantagens competitivas detidas pelos exportadores de bens com valor agregado. É certo que um acordo com os detentores de títulos da dívida em Nova York e a redução da inflação podem melhorar a reputação do país e diminuir a pressão sobre os custos das firmas argentinas.

Outras iniciativas, porém, não estão necessariamente alinhadas com o receituário neoliberal. Ao próximo governo, seria conveniente abandonar os subsídios para a compra de maquinário e mudar o foco para políticas que ajudem as empresas nacionais a superar alguns dos problemas apontados acima. Subsídios destinados à compra de maquinário funcionam melhor em países especializados na produção em massa de bens idênticos.

Competitividade nesse segmento significa economia de escala e custo reduzido de mão de obra. Mesmo nas indústrias – como no caso do vinho – dependentes da aquisição de novas máquinas para exportar ao mundo desenvolvido, existem limitações mais importantes a serem superadas. Em outros setores, como o de móveis, maquinário novo é desnecessário.

O desafio comum enfrentado pelos exportadores de bens com valor agregado na Argentina é entender as particularidades de cada mercado e aprender como estabelecer relacionamentos com distribuidores. Assim, a melhor forma de auxílio é retirar as restrições à importação e estabilizar a política macroeconômica, deixando a cargo de cada empresa a decisão de comprar bens de capital. Isso, ademais, diminuiria a necessidade das firmas argentinas reajustarem os preços de seus produtos.

Esse entendimento exige que as firmas questionem suas crenças acerca do funcionamento dos mercados. Ao contrário do comércio de *commodities*, o sucesso em nichos de alto valor agregado fundamenta-se no atendimento de demandas específicas. Ter o menor preço, nesse sentido, não é o fator mais importante para vencer a concorrência.

A compreensão dessa lógica deve ser buscada também pelos formuladores de política. Em geral, os Estados latino-americanos são relutantes a seguir tal orientação. Dois fatores contribuem para esse desfecho: além do desconhecimento, o apoio a práticas como a compra de bens de capital oferece um aspecto tangível à ação pública. É muito mais fácil demonstrar a compra de determinado número de máquinas do que a efetividade de um programa de intercâmbio de técnicos, por exemplo.

Seria mais produtivo, porém, direcionar os esforços à promoção de um melhor entendimento das características dos mercados em cada país. Auxílios para a viagem de designers ao exterior ou para a presença de empresas nas feiras comerciais são medidas que podem trazer resultados. Da mesma forma, a contratação de consultores especializados ofereceria informação mais específica acerca do funcionamento dos mercados de alto valor agregado.

Ao mesmo tempo, o Estado deveria reconhecer que a habilidade de produzir e exportar produtos com valor agregado só virá com as inovações incrementais desejadas pelos consumidores no mundo desenvolvido. Para tanto, são necessárias instituições como sindicatos fortes, leis trabalhistas consolidadas e programas de treinamento da mão de obra. É possível reformá-las, mas sua existência deve ser mantida. Em outras palavras, a construção de vantagens competitivas robustas depende de sua alteração parcial, e não de seu abandono. Ao oferecerem cursos de formação aos trabalhadores, essas empresas podem promover mudanças em sua linha de produção com maior facilidade. O treinamento dos membros dos sindicatos em práticas básicas de negócios, por sua vez, criaria uma parceria, e não uma rivalidade. Finalmente, leis trabalhistas específicas, que atualmente limitam a capacidade das firmas de utilizar sua força de trabalho de forma mais flexível, poderiam ser revisadas.

Caso tais políticas sejam mantidas, os níveis salariais poderão ser mantidos, ou até mesmo melhorados, caso as empresas consigam aumentar suas receitas. A materialização desse cenário positivo dependerá de uma maior capacidade de exportar a mercados para os quais essas empresas possuem uma vantagem competitiva. As políticas aqui discutidas permitiriam a diversas firmas argentinas fortalecer sua vantagem competitiva no mercado internacional, ao invés de enfraquecê-la devido ao apego a concepções simplistas sobre a competição na economia global.



Daniel Friel
Professor de Administração
na Universidad de San Andrés
(Argentina).

① Ver: Hall, Peter; Soskice, David. Introduction. In: Hall, Peter; Soskice, David (eds.). *Varieties of Capitalism: The Institutional Foundations of Competitive Advantage*. Londres: Oxford University, 2001, pp. 1-68.

② Ver, por exemplo: Artopolous, Alejandro; Friel, Daniel; Hallak, Juan Carlos. Export emergence of differentiated goods from developing countries: Export pioneers and business practices. In: *Argentina Journal of Development Economics* N. 105, 2013, pp. 19-35.

AGRICULTURA

Impacto das políticas agrícolas da Argentina sobre o desenvolvimento sustentável e a segurança alimentar.

Marcelo Regúnaga

O autor analisa os efeitos das políticas agrícolas adotadas pela Argentina e oferece recomendações com vistas ao aumento da produção e exportação agroindustrial, de modo a contribuir não apenas para o crescimento econômico argentino, mas também para a segurança alimentar no mundo.

A Argentina é rica em recursos naturais e possui um grande potencial de crescimento da produção de alimentos, de modo que é fácil compreender o peso das políticas agrícolas sobre as exportações e o desenvolvimento econômico e social do país. Ademais, a Argentina é um ator relevante nas exportações mundiais de alimentos, bem como nas negociações internacionais de comércio e segurança alimentar.

Este artigo analisa as políticas agrícolas e comerciais implementadas durante a última década na Argentina e avalia o impacto de tais políticas sobre sua posição como país provedor confiável de alimentos e sobre suas relações comerciais internacionais.

Considerando que os representantes reunidos na próxima Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC) discutirão opções para a promoção do comércio e da segurança alimentar mundial, a Argentina pode assumir um papel de liderança em negociações nessa seara. Isso exige, entretanto, que o país sul-americano reforme suas políticas comerciais, de modo a remover barreiras à importação e exportação.

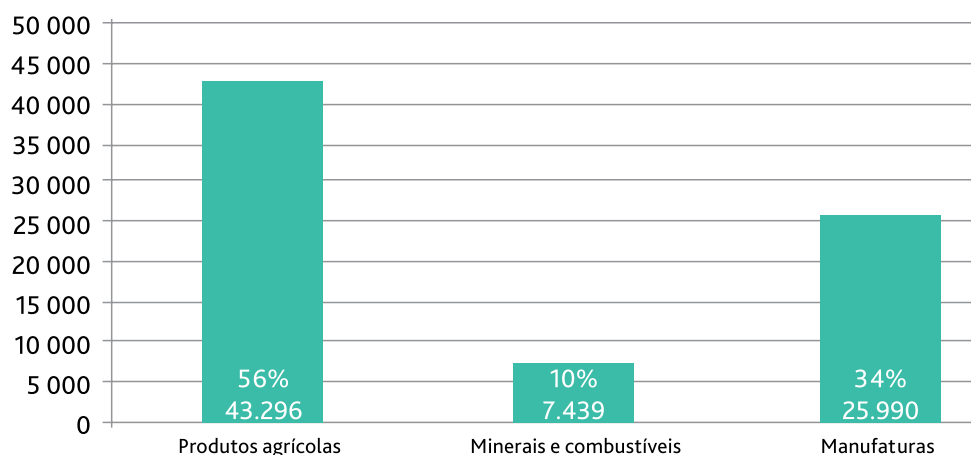
Impacto das políticas agrícolas e comerciais

O setor agroindustrial é o conglomerado mais competitivo da Argentina: responde por 21% do valor bruto da produção². Se considerado o produto bruto agrícola ampliado, incluindo todos os encadeamentos produtivos, a participação do setor é de 32,2%³. Ademais, a agroindústria é responsável pela geração de um elevado percentual de empregos – entre 18% e 35%, segundo a metodologia utilizada para estimar o emprego indireto da economia argentina⁴. Como se observa na Figura 1, no triênio 2011-2013, as exportações do setor representaram 56% do total da pauta exportadora do país.

Grande parte da produção agrícola da Argentina, correspondente a grãos e oleaginosas, é realizada em sistemas secos de cultivo, uma vez que parcela significativa das terras do país está localizada em zonas que recebem precipitação anual suficiente para rendimentos elevados, sem a necessidade de irrigação. De fato, cerca de 95% da área total de cultivos anuais e perenes (o que corresponde a 40 milhões de hectares) não utiliza irrigação. Desse modo, a Argentina pode aumentar consideravelmente a área cultivada e dispõe de uma alta dotação de água renovável, tanto superficial quanto subterrânea, que hoje não é utilizada para irrigação.

A partir da década de 1990, inovações tecnológicas e organizacionais resultaram em um crescimento notável da produtividade e competitividade da agricultura argentina nas duas décadas seguintes. Tais avanços permitiram, ainda, o desenvolvimento de sistemas ambientalmente sustentáveis, caracterizados pelo baixo consumo energético e pelo uso eficiente da água da chuva. Por exemplo, a semeadura direta, a rotação de culturas e outras práticas complementares mantêm a cobertura do solo e possibilitam a reprodução de suas condições microbiológicas, o que permite uma melhor absorção da chuva, evita a erosão e garante a riqueza de matéria orgânica no solo.

Figura 1. Participação do setor agroindustrial no valor total das exportações de bens



Notas: elaboração própria, usando a base de dados da OMC e Trademap. Não inclui exportações de serviços.

Principais objetivos e instrumentos das políticas implementadas

As políticas agrícolas adotadas de 2003 a 2013 integraram a estratégia de substituição de importações, priorizada pelo governo para promover o desenvolvimento econômico e social do país. Tal estratégia entende que a demanda interna, atendida pela produção local, deve ser a principal fonte de crescimento, desconsiderando a importância das exportações e da abertura comercial para a melhoria da competitividade e do desempenho da economia no longo prazo.

A partir desse marco, as perspectivas para o setor agropecuário priorizaram as seguintes funções: i) fornecer alimentos baratos; ii) limitar a inflação do preço dos alimentos; e iii) aumentar a arrecadação fiscal. Assim, a estratégia não privilegiou o papel do setor no crescimento, no aumento das exportações, na geração de emprego e no desenvolvimento econômico e social das regiões mais pobres do país.

Por essas razões, entre os principais objetivos e instrumentos, buscou-se manter os preços internos de produtos agropecuários em níveis inferiores àqueles dos bens exportados, a fim de oferecer alimentos baratos e limitar a inflação da cesta de alimentos. Para isso, foram utilizados diversos mecanismos, como impostos elevados e restrições quantitativas sobre as exportações, preços máximos e outros controles de mercado interno.

Também, buscou-se proteger a produção local de bens industriais mediante tipos diferentes de câmbio real – 35% de impostos de importação para os setores industriais mais protegidos e 20%-35% de impostos de exportação para os principais grãos –, além de barreiras não tarifárias à exportação de alimentos e à importação de bens industriais, bem como restrições ao acesso de divisas para limitar importações.

Outras medidas implementadas pelas políticas de 2003 a 2013 concentraram-se no apoio a pequenos produtores mediante programas destinados a facilitar seu acesso à tecnologia, aos mercados consumidores e ao crédito. Não obstante, as políticas de abertura comercial mencionadas previamente não se diferenciaram por sua abrangência.

Por fim, buscou-se promover a substituição do consumo interno de combustíveis fósseis por biocombustíveis, a fim de diversificar a matriz energética do país, melhorar o equilíbrio energético comercial – deficitário – e o equilíbrio de carbono.

Impactos das políticas agrícolas e comerciais implementadas

As políticas agrícolas e comerciais implementadas pela Argentina tiveram diversos impactos sobre a economia, a renda e o comércio. As políticas de preços agropecuários, por exemplo, não registraram impactos significativos sobre o controle da inflação. Suas taxas permaneceram elevadas e substancialmente maiores que aquelas do resto do mundo, com médias anuais de 9,2% entre 2003 e 2007 e 24,2% entre 2008 e 2013.

O principal fator de geração de altas taxas de inflação nos últimos anos foi o aumento do gasto público em ritmo muito superior ao crescimento da arrecadação fiscal, sem contar com outras fontes de financiamento adequadas. Ademais, a evidência empírica mostrou que o controle de preços dos produtos primários não garante a estabilidade de preços dos alimentos. De fato, em muitos casos, a participação dos bens primários no custo total do alimento é baixa (menos de 10% na cadeia de trigo) e pouco relevante frente à elevação de custos como salários, energia, transportes, insumos e margens de distribuição.

No triênio 2012-2014, as taxas de inflação foram superiores a 25% ao ano e tiveram impactos negativos sobre a pobreza e outros indicadores sociais que haviam melhorado nos anos anteriores. A pesquisa sobre a Dívida Social argentina, realizada pela Universidade Católica Argentina desde 2007, registrou aumentos substanciais nos índices de pobreza, que alcançaram entre 25% e 30% no período de 2008 e 2013.

Apesar da estratégia de substituição de importações – ou melhor, devido a ela –, os saldos comerciais negativos da indústria manufatureira passaram de US\$ 11 bilhões a US\$ 30 bilhões no período 2000-2013. Por isso, persiste a importância estratégica das exportações agroindustriais para viabilizar o crescimento nacional. No entanto, o desestímulo e a limitação que impingiram sobre as exportações contribuíram para a severa crise gerada no setor externo da economia no último biênio.

Além disso, a política comercial da Argentina tem sido duramente criticada por seus principais parceiros comerciais. No Mercado Comum do Sul (Mercosul), por exemplo, as barreiras colocadas ao comércio intrarregional foram condenadas pelos membros do bloco. Ainda, a Argentina deixou de fornecer trigo a seu principal sócio e importador, o Brasil, país que teve que recorrer a fornecedores externos ao Mercosul, resultando em aumento de custos para o Brasil e perda de credibilidade para a Argentina.

Diversos países afetados pelas barreiras não tarifárias às importações recorreram a medidas de retaliação (entre eles, Estados Unidos e China) e aos tribunais internacionais (Estados Unidos, Japão e União Europeia, por exemplo), que resultaram em decisão da OMC desfavorável à Argentina⁵. Tudo isso significou a deterioração da imagem internacional do país.

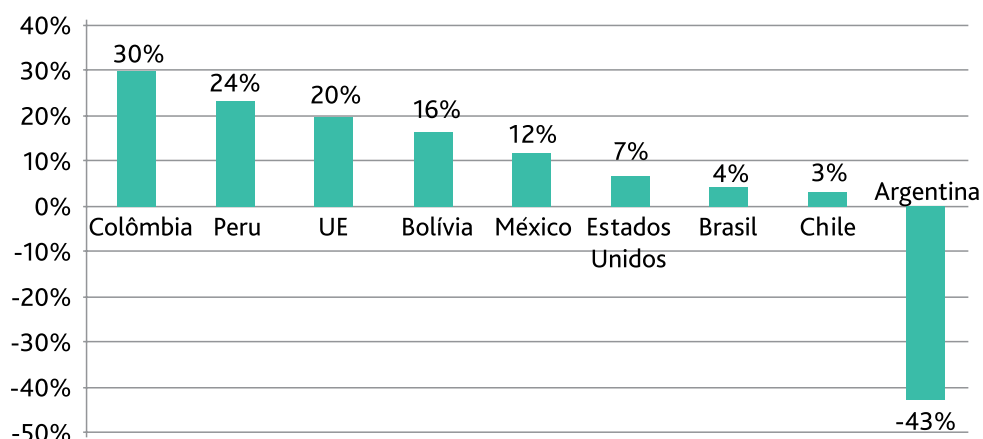
Principais impactos no setor agrícola

Entre os impactos mais notáveis no setor, cabe mencionar a redução dos preços internos pagos ao produtor, decorrente da taxa de câmbio apreciada e dos impostos e das restrições sobre a exportação.

Igualmente, a falta de transparência e previsibilidade na aplicação de restrições à exportação, as mudanças frequentes nas regulações e a demora na restituição tributária dos produtos exportados têm incrementado os custos de transação e gerado um mau desempenho dos mercados, instabilidade de preços e transferência de renda desfavorável aos produtores.

[A estratégia de substituição de importações] entende que a demanda interna, atendida pela produção local, deve ser a principal fonte de crescimento, desconsiderando a importância das exportações e da abertura comercial para a melhoria da competitividade e do desempenho da economia no longo prazo.

Figura 2. Apoio estimado ao produtor agropecuário (PSE) em países selecionados, 2011 (% dos ingressos brutos do setor)



Notas: Malarin (2012). Sob o código PSE estão incluídos distintos tipos de apoio à produção, entre os quais o apoio líquido aos preços de mercado.

A abertura comercial da agricultura argentina resultante de tais políticas também tem sido insustentável. A estimativa do Equivalente de Subsídios ao Produtor – uma medida de apoio global ao produtor, calculada pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) – mostrou um resultado negativo de 43% em 2011⁶, frente a indicadores positivos para os demais países em desenvolvimento e industrializados (ver Figura 2).

A Argentina perdeu muita participação nos mercados externos. A estrutura de preços relativos internos foi menos favorável que aquela dos países concorrentes e desestimulou o crescimento da produção e exportação. Ainda, as pesquisas mostram queda no uso de tecnologias avançadas, como rotação de culturas, reposição de nutrientes consumidos pelo cultivo, uso de sementes geneticamente modificadas e outros insumos tecnológicos.

Por fim, houve uma concentração da estrutura produtiva, que ampliou o volume da produção, mas reduziu o número de produtores. Com isso, fica claro que as políticas de apoio aos pequenos produtores não foram suficientes para limitar tal processo.

Caso as políticas vigentes continuem, o crescimento potencial da produção será limitado. Assumindo esse pressuposto, as projeções para a próxima década mostram que a produção de grãos crescerá apenas 2,7% ao ano, alcançando 125 milhões de toneladas em 2020⁷ – metade da meta de crescimento estabelecida pelo governo da Argentina para tal ano⁸.

Observações similares podem ser feitas com relação à produção de carne bovina e leite. Esse pressuposto não apenas teria impactos negativos sobre o desenvolvimento sustentável do país, mas também sobre suas contribuições à segurança alimentar mundial, limitando a capacidade negociadora da Argentina nos organismos internacionais.

Conclusões e recomendações

O desenvolvimento sustentável da Argentina e sua contribuição para a segurança alimentar global podem melhorar substancialmente se a visão e as políticas para o setor forem alteradas. A visão que se propõe é a seguinte: o setor agroindustrial deve ser um dos componentes estratégicos de um programa de crescimento econômico e social sustentável da Argentina, de geração de empregos genuínos e de desenvolvimento harmônico de todo o território nacional.

É preciso deixar de lado a falsa dicotomia entre exportar e abastecer o mercado interno. A provisão nacional de alimentos estará garantida, com preços internos menores que os internacionais, se existirem incentivos para o aumento da produção e para a exportação de volumes significativos dos produtos do setor. Abaixo, são apresentadas propostas com vistas a alcançar esse objetivo.

É necessário criar um contexto para promover o crescimento do setor mediante: i) a redução da desproteção comercial das atividades agropecuárias; ii) a promoção do bom desempenho dos mercados agropecuários, por meio de normas estáveis que substituam o poder discricionário da autoridade administrativa, fortalecendo as áreas oficiais de informação e controle comercial; e iii) a criação de um ambiente favorável para o investimento e a produção, mediante a estabilidade macroeconômica e a conduta fiscal prudente, sustentável e contracíclica, que evite a repetição de episódios cíclicos de sobrevalorização cambial e endividamento externo excessivo.

Ademais, a Argentina deve integrar-se novamente ao mundo, o que implica normalizar as relações financeiras internacionais; inserir o país nos mercados internacionais, aperfeiçoando o Mercosul e negociando acordos de livre comércio com mercados relevantes; e apoiar o comércio exterior com uma agência de promoção substantiva.

Aumentar a produtividade, a eficiência no uso e a conservação dos recursos naturais constitui outra proposta para alcançar o objetivo apresentado. Para isso, será necessário aumentar o investimento público em pesquisa e desenvolvimento (P&D) agroindustrial; promover o investimento privado via o aprimoramento dos direitos de propriedade intelectual e segurança jurídica; alcançar a articulação eficiente em ambos os setores, com novos modelos de gestão do setor público; e conceder incentivos econômicos para promover o uso de boas práticas ambientais.

Além disso, é preciso aprimorar os padrões sanitários e a qualidade dos alimentos por meio do fortalecimento e redesenho institucional dos organismos especializados.

O desenvolvimento social na Argentina deve ocupar uma posição prioritária, mediante o fortalecimento dos programas de apoio às comunidades rurais e às pequenas e médias empresas agroindustriais; a administração de uma política transparente de auxílio alimentar, dirigida aos segmentos que se encontram abaixo da linha da pobreza; e a reformulação das prioridades de investimento público social.

Por fim, propõe-se aumentar substancialmente o investimento em infraestrutura logística e de transporte, aplicando uma estratégia global de longo prazo, em conformidade com as diferentes jurisdições e atores, para reduzir os custos de transporte e as perdas de alimentos nas cadeias de valor e contribuir para a integração e o desenvolvimento territorial do país.

Considerando o que foi proposto, pode-se esperar que tais reformas nas políticas agrícolas e comerciais da Argentina resultem em um aumento substancial da produção e exportação de alimentos e outros produtos agroindustriais.

Deve-se destacar, ainda, que existe uma alta sinergia entre os objetivos de desenvolvimento sustentável da Argentina baseados na produção agroindustrial e as contribuições do país para a segurança alimentar mundial. Isso porque o potencial produtivo argentino é significativamente maior do que as necessidades de abastecimento interno de alimentos, fibras e bioenergias.

a falta de transparência e previsibilidade na aplicação de restrições à exportação, as mudanças frequentes nas regulações e a demora na restituição tributária dos produtos exportados têm incrementado os custos de transação [na Argentina]

Diante desses antecedentes, a Argentina pode liderar um processo de negociações internacionais no sentido de lograr novas regras e mecanismos de governança global, que promovam o aumento do comércio internacional e, ao mesmo tempo, a segurança alimentar mundial.

Por essa linha de raciocínio, a Argentina pode promover um novo marco regulatório, bem como novas disciplinas e medidas em direção à facilitação do comércio de produtos agropecuários, sobre a base de um acordo equilibrado entre os interesses dos importadores e exportadores de alimentos. O acordo deveria permitir, por um lado, contar com uma oferta confiável de alimentos, mediante a redução e eliminação dos impostos e barreiras não tarifárias para as exportações. Por outro lado, o acordo deveria possibilitar melhores condições de acesso a mercado por meio da redução e eliminação dos impostos e barreiras não tarifárias, públicas ou privadas, às importações. Cabe questionar se tais iniciativas poderiam conferir um novo dinamismo às negociações da Rodada Doha no contexto pós-Bali.

- ❶ Este artigo é uma adaptação de: Regúnaga, Marcelo; Tejeda Rodríguez, Agustín. La Política de Comercio Agrícola de Argentina y el Desarrollo Sustentable. In: *Documento de Fondo* N. 55. Ginebra: ICTSD, mar. 2015. Disponível em: <<http://bit.ly/1Qu3kw2>>.
- ❷ Ver: Anlló, Guillermo; Bisang, Roberto; Campi, Mercedes. *Claves para Repensar el Agro Argentino*. Buenos Aires: Eudeba, 2013.
- ❸ Ver: Elverdín Pablo. Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay (ABPU) y su participación en la agricultura mundial. In: *Grupo de Países Productores del Sur*, ago. 2014. Disponível em: <<http://bit.ly/1GHCcnP>>. Ver também: Grupo Interagencial de Desarrollo Rural. *Más que alimentos en la mesa: la real contribución de la agricultura a la economía*. San José: IICA, out. 2003. Disponível em: <<http://bit.ly/1NdsEWm>>.
- ❹ Ver: Llach Juan; Harriague, M. Marcela; O'Connor, Ernesto. *La generación de empleo en las cadenas agroindustriales*. Buenos Aires: Fundación Producir Conservando, mai. 2004. Disponível em: <<http://bit.ly/1K9W8zC>>. Ver também: Rodríguez, Javier. Los complejos agroalimentarios y el empleo: una controversia teórica y empírica. In: *Realidad Económica* N. 218, fev-mar. 2006, pp. 107-135. Disponível em: <<http://bit.ly/1RbzRHk>>.
- ❺ Ver: <<http://bit.ly/1jp8fEb>>.
- ❻ Ver: Malarín, Héctor. *Argentina: aprovechando el potencial del agro a futuro*. División de Desarrollo Rural, Meio Ambiente e Gestão de Riscos e Desastres, BID, 2012.
- ❼ Ver: <<http://bit.ly/1VSWGpX>>.
- ❽ Ver: MINAGRI. PEA 2. *Argentina Líder Agroalimentario*. Plan Estratégico Agroalimentario y Agroindustrial Participativo y Federal 2010-2020. Buenos Aires: Presidencia de la Nación, 2011. Disponível em: <<http://bit.ly/1VT56YQ>>.



Marcelo Regúnaga
Coordenador acadêmico e professor de Agronegócios do Centro de Educação Executiva (CEE) da Universidade de San Andrés.

Informações úteis

ICTSD promove competição de artigos sobre comércio e desenvolvimento sustentável

O International Centre for Trade and Sustainable Development (ICTSD) está promovendo uma competição de artigos. Os trabalhos devem tratar de um dos seguintes temas: "Estruturas de governança do comércio: trabalhando para um futuro melhor"; "A integração da África na economia global: chegou a vez da África brilhar?"; e "Comércio na era pós-2015: a hora é agora". Somente será aceita a candidatura de trabalhos individuais, escritos em inglês e com extensão de 1.800-2.200 palavras. A premiação terá lugar durante o Simpósio de Comércio e Desenvolvimento (TDS, sigla em inglês), evento também organizado pelo ICTSD, a ser realizado durante a 10ª Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), de 14 a 17 de dezembro, em Nairobi (Quênia). Além de um prêmio no valor de US\$ 1.000, o autor do ensaio premiado terá acesso a todas as sessões abertas do TDS, e sua viagem, estadia e alimentação em Nairobi serão financiadas pelo ICTSD. O segundo colocado receberá um prêmio de US\$ 500. Ainda, os dois melhores trabalhos serão publicados na rede *Bridges*, em seis diferentes idiomas. Os interessados devem enviar até 31 de outubro: um resumo de até 100 palavras juntamente com o artigo e, em documento separado, uma curta biografia, especificando filiação institucional, data de nascimento e ano em que concluirá o curso. Os resultados serão divulgados em novembro. Para saber mais sobre as regras de submissão de candidaturas e outras informações, clique [aqui](#). As inscrições podem ser feitas [aqui](#).

Celso Amorim falará do Brasil e multipolaridade na King's College London

A King's College London terá uma aula inaugural ministrada pelo embaixador e ex-ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim. O evento tratará do tema "Construindo a Multipolaridade: a perspectiva brasileira" e será realizado em 2 de novembro, das 18h às 21h, no Stamford Street Lecture Theatre, Waterloo Campus, 127 Stamford Street, Londres (SE1 9NQ). A aula inaugural é gratuita, mas exige inscrição prévia [aqui](#). De 1º a 15 de novembro, o embaixador Celso Amorim também estará como professor-convidado eminente no Brazil Institute da King's College London. Para saber mais detalhes sobre o evento e o calendário de atividades do embaixador na King's College, clique [aqui](#).

Porto Alegre sedia conferência regional de Direito Econômico Internacional

Braço regional da Sociedade de Direito Econômico Internacional (SIEL, sigla em inglês), a 3ª edição da Conferência Bianual da Rede Latino-Americana de Direito Econômico Internacional será realizada em Porto Alegre, de

22 a 24 de outubro de 2015. Organizado em torno do tema "Qual o papel da América Latina no Direito Internacional Econômico?", o evento discutirá investimentos; governança econômica; acordos preferenciais de comércio; solução de controvérsias; barreiras ao comércio; meio ambiente; padrões trabalhistas, entre outros. O evento ocorrerá no Salão Nobre da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). A programação completa e mais detalhes sobre o evento podem ser acessados [aqui](#).

Programa "San Tiago Dantas" realiza Simpósio de Relações Internacionais

O Programa "San Tiago Dantas", formado pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Universidade de Campinas (UNICAMP) e pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), realizará, de 9 a 12 de novembro, a edição de 2015 do Simpósio de Relações Internacionais (SIMPORI), organizada em torno do tema "Governança Global: transformações, dilemas e perspectivas". O evento busca promover o intercâmbio entre pesquisadores e professores da área de Relações Internacionais. O evento será realizado em São Paulo, na sede do Programa "San Tiago Dantas", localizada à Praça da Sé, 108, 3º andar (Centro). Para acessar o programa do Simpósio, clique [aqui](#).

USP é sede de evento sobre gestão da água

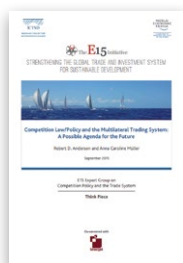
O Grupo de Acompanhamento e Estudos de Governança Ambiental (GovAmb) do Instituto de Energia e Ambiente (IEE) da Universidade de São Paulo (USP) está organizando o V Encontro Internacional da Governança da Água (V GivAgua). Neste ano, o evento será organizado em torno do tema "A Governança da Água no Contexto da Escassez Hídrica". Realizado desde 2007, o GivAgua busca aprofundar e compartilhar conhecimentos e estimular novos caminhos para enfrentar os desafios relacionados à governança da água. A 5ª edição do evento debaterá temas como a relação entre escassez hídrica e mudança climática; justiça ambiental no contexto de escassez hídrica; e políticas públicas de gestão da água no contexto da crise hídrica. O V GivAgua será realizado de 10 a 13 de novembro, no Auditório do IAG/USP, localizado à R. do Matão, 1.226 (Cidade Universitária), São Paulo-SP. A programação completa e detalhes sobre valores e procedimentos para inscrição podem ser acessados [aqui](#).

Publicações



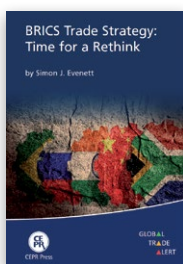
Um Papel para a Organização Mundial do Comércio na Coerência Regulatória E15 Initiative – setembro 2015

A coerência regulatória tem adquirido crescente importância no comércio internacional, à medida que as cadeias globais de valor se mostram como arranjos de difícil monitoramento. A Organização Mundial do Comércio (OMC) tem atuado de forma limitada na promoção da coerência regulatória, pois acordos que exigem adesão plena para aprovação não são fáceis de serem concluídos. Diante desse quadro, empresas e governos têm buscado em outros fóruns o exercício do monitoramento das cadeias globais de valor. Este artigo discute as perspectivas de adoção de compromissos em matéria de coerência regulatória por parte de um conjunto de membros da OMC. Ainda, o artigo analisa as principais características e o potencial desses possíveis acordos – os chamados “acordos de massa crítica” (CMAs, sigla em inglês) e os “acordos plurilaterais”. Para acessar o artigo, clique [aqui](#).



Lei/Política de Concorrência e o Sistema Multilateral de Comércio: uma agenda possível para o futuro E15 Initiative – setembro 2015

A liberalização comercial constitui um instrumento eficaz para o incremento da concorrência, e os princípios da Organização Mundial do Comércio (OMC) podem auxiliar no aumento do número e da diversidade de fornecedores. Este artigo analisa as atividades do Grupo de Trabalho da OMC sobre a Interação entre Comércio e Política de Concorrência (WGTCPC, sigla em inglês), bem como o modo com que a política concorrencial tem sido incorporada aos acordos existentes no âmbito multilateral e regional. O estudo também avalia como desenvolvimentos relevantes na política global – tanto em termos de atores como de temas – podem impactar a formulação de políticas de concorrência e comércio. Com base nesses aspectos, o artigo apresenta um cardápio de temas para pesquisas futuras. O texto pode ser acessado [aqui](#).



A estratégia comercial do BRICS: hora de repensar Global Trade Alert – julho 2015

Os efeitos da crise financeira alteraram de forma significativa a política econômica dos países emergentes, especialmente daqueles que compõem o agrupamento BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). Para sustentar o dinamismo de seus mercados domésticos, os países adotaram medidas de estímulo que incluíam desonerações tributárias e programas de desvalorização cambial. Este estudo sustenta que, após 2008, os países do BRICS apresentaram um aumento no protecionismo, não apenas com relação a produtos e serviços de países desenvolvidos, mas também de bens oriundos dos demais integrantes do agrupamento. Lançado durante a 7ª Cúpula Presidencial do BRICS, realizada na Rússia, em julho de 2015, o estudo publicado pelo Global Trade Alert pode ser acessado na íntegra [aqui](#).



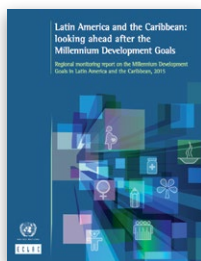
China em transformação: dimensões econômicas e geopolíticas do desenvolvimento IPEA – setembro 2015

A China é, atualmente, o maior exportador e o segundo maior importador do mundo – desempenho que possibilitou ao país acumular volume expressivo de reservas internacionais e consolidar-se como o maior credor mundial. Nesta compilação, os artigos analisam o modelo de desenvolvimento chinês e as transformações no socialismo de mercado das últimas três décadas – elementos que permitiram a ascensão da China na economia internacional. A publicação pode ser acessada [aqui](#).



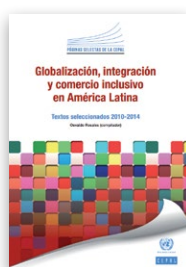
Relatório de Economia Digital 2015 OCDE – julho 2015

A economia digital é um dos principais vetores de transformação produtiva, não apenas em atividades diretamente ligadas a telecomunicações e serviços de informação, mas também para setores como serviços em saúde e energia elétrica. O relatório anual produzido pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) avalia como os países podem maximizar o potencial da economia digital como motor de inovação e crescimento inclusivo. O estudo também discute os aspectos da tecnologia digital que devem ser considerados pelos gestores de políticas públicas como parte de uma ampla estratégia digital no âmbito nacional. Para acessar o relatório, clique [aqui](#).



Olhar sobre o futuro a partir dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: informe regional de monitoramento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) na América Latina e Caribe CEPAL – setembro 2015

Os oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), estabelecidos para sintetizar os principais compromissos das Conferências e Cúpulas de Desenvolvimento realizadas até os anos 2000, completaram 15 anos. Desde setembro de 2015, os Estados começaram a adotar a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. A nova Agenda possui 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e requer ações coletivas na provisão de bens públicos globais e políticas públicas ativas, capazes de promover avanços e igualdade. Para pensar o futuro, é necessário analisar, primeiramente, os sucessos e desafios pendentes da América Latina e Caribe com relação aos ODM. Este é o foco da publicação que pode ser lida [aqui](#).



Globalização, integração e comércio inclusivo na América Latina CEPAL – setembro 2015

Este estudo reúne documentos publicados entre 2010 e 2014 que abordam temas como a participação da América Latina em cadeias globais e regionais de valor, a ascensão da China como um parceiro comercial com influência crescente, os desafios e sucessos da integração econômica e comercial latino-americana e os possíveis impactos dos acordos megaregionais sobre a América Latina. O sucesso de um crescimento inclusivo, capaz de contribuir para a redução da heterogeneidade estrutural entre os países da região, é o pano de fundo da seleção de textos que pode ser acessada [aqui](#).



A República Popular da China e a América Latina: impacto do crescimento econômico chinês sobre as exportações latino-americanas CEPAL – agosto 2015

O crescimento econômico da China nas últimas décadas transformou o país em um dos principais parceiros comerciais da América Latina, principalmente devido à crescente demanda por bens primários, insumos fundamentais para a industrialização chinesa. Atualmente, o fluxo de comércio da China com a região supera os US\$ 120 bilhões, que contribuem sensivelmente não apenas para o produto interno, mas também para o incremento das receitas fiscais e a diminuição do endividamento público dos países latino-americanos. Esta análise estima que, se mantidas as taxas chinesas de crescimento de 7% ao ano, as exportações latino-americanas para o país asiático tendem a aumentar em média 10% até 2019. Para acessar o estudo da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), clique [aqui](#).

EXPLORE O MUNDO DO COMÉRCIO E DO DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL POR MEIO DA REDE BRIDGES DO ICTSD

PUENTES

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável
Enfoque na América Latina e no Caribe - Publicação em espanhol
www.ictsd.org/news/puentes

BIORES

Informações e análises sobre comércio e meio ambiente
Enfoque internacional - Publicação em inglês
www.ictsd.org/news/biores

BRIDGES

Informações sobre comércio sob a perspectiva do desenvolvimento sustentável
Enfoque internacional - Publicação em inglês
www.ictsd.org/news/bridges

桥

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável
Enfoque internacional - Publicação em chinês
www.ictsd.org/news/qiao

МОСТЫ

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável
Enfoque nos países da CEI - Publicação em russo
www.ictsd.org/news/bridgesrussian

BRIDGES AFRICA

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável
Enfoque na África - Publicação em inglês
www.ictsd.org/news/bridges-africa

PASSERELLES

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável
Enfoque nos países francófonos da África - Publicação em francês
www.ictsd.org/news/passerelles



International Centre for Trade and Sustainable Development

Chemin de Balexert 7-9
1219 Geneva, Switzerland
+41-22-917-8492
www.ictsd.org

A produção de PONTES tem sido possível
graças ao apoio generoso de:

**DFID - Departamento do Reino Unido para
o Desenvolvimento Internacional**

**SIDA - Agência Sueca de Desenvolvimento
Internacional**

**DGIS - Ministério de Relações Exteriores
da Holanda**

**Ministério de Relações Exteriores da
Dinamarca**

**Ministério de Relações Exteriores da
Finlândia**

**Ministério de Relações Exteriores da
Noruega**

**Departamento de Assuntos Exteriores e
de Comércio da Austrália**

O PONTES também beneficia de
contribuições de especialistas na área
de comércio e desenvolvimento sustentável
na forma de artigos.

O PONTES recebe propostas de publicidade
ou de patrocínio que contribuam para a
redução de seus custos de publicação e que
ampliem o acesso aos seus leitores.
A aceitação de tais propostas fica a critério
dos editores.

As opiniões expressadas nos artigos
publicados no PONTES são exclusivamente
dos autores e não refletem necessariamente
as opiniões do ICTSD.



Creative Commons Attribution-
NonCommercial-NoDerivatives 4.0
International [License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/).

Preço: €10.00
ISSN 1996-9198

